

Sarney retira projeto que abre crédito no orçamento

JORNAL DE BRASILIA

30 JUN 1989

Ailton C. Freitas

O presidente Sarney enviou mensagem, ontem, ao Congresso Nacional, retirando projeto de lei do Executivo sobre abertura de créditos adicionais ao Orçamento Fiscal da União no valor de 471 milhões de cruzados novos. Projeto este encaminhado à deliberação do Legislativo no último dia 21.

A solicitação decorre de argumentação do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que acusou "razões de ordem técnica" no projeto de lei. Daí a necessidade do seu recolhimento para promover ajustes em alguns dos seus dispositivos.

O projeto original relaciona que os recursos seriam provenientes do cancelamento de anotações orçamentárias, convênios com órgãos federais, saldos de exercícios anteriores, recursos ordinários do Tesouro Nacional e incorporação de operações de crédito internas.

A Medida Provisória 68 e o projeto de lei de resolução nº 13, (que substitui a Medida Provisória 67) foram aprovados ontem pelo Congresso Nacional, estabelecendo mais algumas regulamentações do Plano Verão. Uma emenda incluída na medida 68, que reindexa os impostos, beneficiou os estados mais pobres, que recebem recursos dos incentivos fiscais. A partir de agora haverá correção sobre estes recursos no período entre seu recolhimento e sua chegada aos órgãos destinatários, reduzindo a desvalorização inflacionária.

Sangria

O principal objetivo desta me-



"Razões técnicas" levaram presidente Sarney a voltar atrás

dida provisória foi proteger o Tesouro Nacional desta sangria representada pela desvalorização dos pagamentos de impostos, desde que o Plano Verão acabou com a indexação à OTN. Agora a indexação será feita ao BTN fiscal. A Medida Provisória 67, que foi substituída por projeto de lei de conversão de autoria do seu relator, senador Gerson Camata, também preencheu algumas lacunas surgidas com a extinção da OTN, quando os

contratos que tinham sua correção por aquele título ficaram descobertos.

Pela medida provisória esta correção passaria a ser feita pela OTN de NCz\$ 6,17 até fevereiro, e a partir de então pelo BTN fiscal. O projeto de lei, no entanto, determinou que seja feita em fevereiro pelo índice, 1,2879 e a partir de então pelo BTN do mês, ficando excluído o termo "fiscal".